



C&A/Arcebo

Reunião da CDH: aval a proposição que beneficia idosos

Aprovado saque do PIS-Pasep aos 60 anos

A Comissão de Direitos Humanos acatou projeto de lei que prevê resgate de fundo pelo trabalhador dez anos mais cedo do que permite a legislação em vigor. A proposição de Paulo Paim ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais, onde deverá receber decisão terminativa. **Página 6**

Mesa encaminha representação contra Renan

A Mesa do Senado decidiu encaminhar ao Conselho de Ética nova representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Em texto divulgado ontem, Renan contestou acusações contidas em carta aberta de João Lyra, que ontem reafirmou ao corregedor Romeu Tuma ter sido sócio de Renan. **Páginas 4 e 5**



Comandante diz que Marinha pode desaparecer

O almirante Júlio de Moura Neto afirmou na Comissão de Relações Exteriores que Força pode sucumbir até 2025 se não receber investimentos. **Página 6**



Arcebo

Moura Neto (E), Heráclito e Azeredo: escassez de verba preocupa senadores

“Falta levantar tapete das empresas aéreas”, afirma brigadeiro

O brigadeiro José Carlos Pereira, ex-presidente da Infraero, disse que as companhias aéreas devem ser investigadas e defendeu um plano aeroviário a fim de evitar novas tragédias. Ele afirmou ainda que não acusou Denise Abreu, diretora da Anac, de fazer *lobby* para transferir o setor de cargas para o aeroporto de Ribeirão Preto. **Página 3**



C&A/Arcebo

Na CPI do Apagão Aéreo, Denise Abreu, Renato Casagrande, Demostenes Torres e o brigadeiro José Carlos Pereira

Caixa deve priorizar Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Comissão acatou parecer favorável a projeto que obriga a Caixa Econômica a dar prioridade para as três regiões no financiamento de projetos, principalmente nas áreas de saneamento básico e infra-estrutura. **Página 2**

Seminário discute aquecimento e papel do Legislativo

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas definiu a realização do encontro neste mês. O evento é fruto de parceria com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que sediará os debates. **Página 3**

Ideli defende projetos sobre segurança pública

Senadora sugere a junção de propostas contra a violência que tramitam nas duas Casas do Congresso como forma de agilizar processo. Tema foi discutido pelo bloco governista com o ministro Tarso Genro. **Página 5**

Proposta acolhida pela CDR prevê que a Caixa Econômica aplique no mínimo 45% dos recursos nas três regiões. Obras de saneamento e infra-estrutura terão prioridade

Janaína Araújo



CDR acata também parecer favorável a projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, extinta em 1990

Caixa deve priorizar investimentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem por unanimidade o parecer favorável do senador Marco Maciel (DEM-PE) a projeto de lei de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que obriga a Caixa Econômica Federal a dar prioridade, na aplicação de seus recursos, à promoção do desenvolvimento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

A proposta (PLS 455/03) prevê a aplicação de no mínimo 45%

dos recursos administrados pela Caixa em projetos e financiamentos nas três regiões. A maior parte irá para obras de infra-estrutura e saneamento. A verba deve vir de fontes como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposição segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em decisão terminativa.

O projeto de Jereissati determina ainda que os recursos eventualmente não tomados pelos estados permaneçam à disposição das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O objetivo dessa medida é evitar que o dinheiro disponível e não utilizado seja absorvido por outras regiões.

Na mesma reunião, a CDR acolheu parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto (PLS 261/07) de Paulo Paim (PT-RS) que recria

a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), extinta em 1990. Sua área de atuação abrangerá os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O projeto vai agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Também foi aprovado pela CDR requerimento do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) solicitando audiência com o presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O colegiado acolheu ainda proposta de Lúcia Vânia (PSDB-GO) para realização de debate sobre turismo para pessoas com deficiência. A audiência, que deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, ainda não tem data marcada.

Comissão autoriza dez zonas de processamento de exportação

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou oito projetos de criação de zonas de processamento de exportação em dez municípios brasileiros. Os projetos seguem para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As áreas favorecidas são: municípios de Macapá e Santana, ambos no Amapá (PLS 306/07), por iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP); Guajará-Mirim em Rondônia (PLS 349/07), por projeto de Valdir Raupp (PMDB-RO); Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul (PLS 364/07), e região norte do estado do Rio Grande do Sul (PLS 366/07), ambos por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS); município de Bacabeiras, no estado do Maranhão (PLS 377/07), por proposta de Roseana Sarney (PMDB-MA); município de Uruguaiana, no Rio

Grande do Sul (PLS 382/07), por projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS); municípios de Rorainópolis e Caracaraí, no estado de Roraima (PLS 391/07), por projeto de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); e município de Campina Grande, na Paraíba (PLS 418/07), por proposta de Cícero Lucena (PSDB-PB).

A CDR examinou ainda o projeto (PLS 69/07) de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que visa favorecer os municípios cumpridores do Estatuto da Cidade por meio de benefícios da União para a execução de programas sociais, em especial nas áreas de saneamento, infraestrutura, habitação, transportes e mobilidade urbana. Cícero Lucena pediu vista da matéria, por entender que a falta de parâmetros para a outorga dos selos abre caminho para que ocorram influências político-partidárias.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão é não-deliberativa e tem início às 9h. Sem a votação de projetos, ela se destina a pronunciamentos de parlamentares e avisos da Mesa diretora e de

lideranças partidárias. Na segunda-feira, às 14h, a sessão também é não-deliberativa. O Senado deve retomar a pauta de votações na próxima terça-feira.

70 anos da UNE

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, no *Reportagem Especial*, tema dedicado aos 70 anos da União Nacional dos Estudantes (UNE). O programa conta com o depoimento de José Luiz Guedes,

presidente da UNE, de 1966 a 1968. Ele resgata a luta dos estudantes pela redemocratização do país após o golpe militar em 1964. Reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

CORREÇÃO

Diferentemente do que foi publicado na página 2 da edição de ontem, em matéria sobre Três Lagoas (MS), o nome da prefeita do município é Simone Tebet.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Mão Santa

Papel do Legislativo no combate ao aquecimento será tema de seminário

A realização do seminário “Aquecimento Global e Responsabilidade do Poder Legislativo – Estabelecimento de Práticas Ambientais Inovadoras”, entre os dias 28 e 30 deste mês, é o destaque na programação da agenda da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. O evento será promovido em parceria com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

O encontro, que ocorrerá na Câmara, contará com a presença dos presidentes daquela Casa, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Renan Calheiros, dos ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Marina Silva (Meio Ambiente) e Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia), além de parlamentares representantes de comissões e subcomissões das duas Casas e

da Alemanha, Inglaterra, África do Sul, Uruguai, Canadá e Japão. Foram convidados também representantes de diversas entidades, pesquisadores e autoridades internacionais na temática do aquecimento global.

Na opinião do senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator da comissão mista, “será uma forma de o Brasil demonstrar aquilo que faz e aquilo que não faz. Diversos países já têm políticas específicas nessa área. Temos muito o que aprender, especialmente na área de combustíveis alternativos”.

O presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSB-TO), acrescentou que o seminário é aguardado desde o início dos trabalhos do órgão.

– Temos uma expectativa muito grande de êxito – disse.

Casagrande prevê segundo relatório parcial da comissão para setembro

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas realizou ontem reunião administrativa, em que os parlamentares aprovaram cinco requerimentos.

O primeiro deles, de autoria da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), solicita uma audiência pública com a presença do secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Virgílio Viana; da pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Interamericano de Pesquisa em Mudanças Globais Telma Krug; de Luiz Alberto Machado, diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; e de Paulo Roberto Moutinho, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Também foram acolhidos dois requerimentos do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o primeiro solicitando a realização de um seminário, no dia

13 de setembro, para discutir as causas e conseqüências do aquecimento global relacionadas ao bioma Cerrado, e o segundo, uma audiência para debater o mesmo tema.

O presidente da comissão, Eduardo Gomes, também teve aprovados dois requerimentos de sua autoria: no primeiro, solicita a designação de um representante do colegiado para participar de congresso em Curitiba sobre mudanças climáticas; no segundo, sugere que sejam convidadas a prestar apoio à comissão a Fundação SOS Mata Atlântica e a Instituição Cantor Co2.

Proposta clara

O relator Renato Casagrande informou que deverá finalizar em setembro o segundo relatório parcial dos trabalhos do colegiado. De acordo com o senador, o documento deverá trazer uma proposta clara sobre a política de mudanças climáticas para o país.

– O Brasil precisa de uma proposta que oriente as ações de governo nessa área – observou.



Casagrande (E) participa de reunião da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas

José Carlos Pereira declara, em depoimento na CPI do Apagão Aéreo, que agora é preciso levantar o tapete das companhias de aviação



Relator Demostenes Torres e Renato Casagrande, ao lado de Denise Abreu, ouvem depoimento de José Carlos Teixeira à comissão

Ex-presidente da Infraero diz que falta investigar empresas aéreas

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo do Senado, o ex-presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) tenente-brigadeiro-dor José Carlos Pereira afirmou ontem que “falta agora levantar o tapete das empresas aéreas”.

Questionado pelo relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), sobre o que isso queria dizer, Pereira afirmou que o país está dissecando o tráfego aéreo e a infra-estrutura e que agora deveria investigar as empresas aéreas.

– Tem que haver um trabalho sério em relação a isso – sugeriu.

O brigadeiro pediu ainda a criação, “com a maior urgência”, de um plano aeroviário para o Brasil para que acidentes como o do avião da Gol e o da TAM não se repitam.

O senador Mário Couto (PSDB-PA) indagou por que motivo Pereira não agiu antes do acidente da Gol, se sabia da existência de problemas no controle aéreo nacional. O brigadeiro informou que não tinha atuação no controle aéreo, mas apenas na administração aeroportuária.

Anac

Pereira afirmou que a possibilidade de transferência do terminal de cargas dos aeroportos de Gua-

arulhos (São Paulo) e Viracopos (Campinas) para o aeroporto de Ribeirão Preto seria “lesiva aos interesses do Estado”.

Ele disse que a diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu e o próprio presidente da agência, Milton Zuanazzi, defenderam publicamente a transferência das cargas para Ribeirão Preto.

Na opinião do ex-presidente da Infraero, caso essa transferência ocorresse, a Infraero perderia uma receita anual expressiva. Segundo ele, esse setor rendeu à Infraero em Congonhas e Viracopos, até meados de 2007, mais de R\$ 250 milhões.

Diretora diz que não se posicionou contra decisão sobre Congonhas

A diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu negou ontem, em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, ter se posicionado contrariamente a determinações do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) destinadas a desafogar o tráfego aéreo no aeroporto de Congonhas.

Além da oposição à medida do Conac, Denise, segundo questionamento do relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), teria aconselhado as empresas aéreas, prejudicadas com a medida, a se valerem de seu poder econômico e também recorrerem à Justiça com o objetivo de impedir a redução do tráfego no aeroporto.

– Eu disse apenas que receberia documento redigido pelas empresas e que encaminharia ao

ministro da Defesa como uma proposta deles para análise. Disse ainda que, se desejassem, deveriam buscar falar com o ministro e poderiam também se socorrer do Poder Judiciário – afirmou Denise.

Ribeirão Preto

A diretora da Anac considerou caluniosas afirmações feitas por José Carlos Pereira. Segundo Denise, não há terminal de carga construído no aeroporto de Ribeirão Preto, e a construção de um terminal e o recebimento de vôos internacionais dependeriam de ampliação do aeroporto.

Denise afirmou ainda que conhece o proprietário da empresa Tead, Carlos Ernesto Campos, de nome, mas que não é amiga dele. E assegurou que o empresário nunca esteve na Anac para encontrar-se com ela.

Brigadeiro nega ter acusado Denise de praticar lobby

Ao participar de acareação na CPI, José Carlos Pereira negou acusações contra Denise Abreu, publicadas pelo jornal *O Globo* no início de agosto.

Segundo a matéria do jornal, José Carlos Pereira afirmou que Denise Abreu teria feito lobby para beneficiar um amigo empresário que administra o aeroporto de Ribeirão Preto.

Durante a reunião, atendendo a pedido de esclarecimento formulado pela própria Denise Abreu, o brigadeiro negou ter afirmado que ela tenha feito lobby em benefício do empresário.

Em entrevista à imprensa, após o término da acareação, o relator da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), lamentou o fato de o ex-presidente da Infraero ter voltado atrás em suas acusações.

Colegiado investigará denúncia de que senador teria registrado em nome de “laranjas” a compra de emissoras de rádio

Mesa decide encaminhar ao Conselho de Ética terceira representação contra Renan

A Mesa do Senado decidiu ontem, por unanimidade, encaminhar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nova representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar, desta vez protocolada pelo DEM e pelo PSDB. Os dois partidos querem que o colegiado investigue denúncia publicada pela revista *Veja* de que Renan teria comprado, em parceria com o ex-senador e usineiro João Lyra, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas que estariam registrados em nome de “laranjas”.

Em entrevista logo após o término da reunião, o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), que presidiu a reunião, afirmou que a Mesa cumpriu o seu papel ao encaminhar a representação e espera, agora, que o conselho cumpra também o seu, que é o de investigar a denúncia.

– Nós desejamos rapidez nas investigações, para encerrar logo essa

novela – afirmou Alvaro.

Com o objetivo de auxiliar as investigações, o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), colheu ontem o depoimento de João Lyra, em Maceió.

Investigações

Com o encaminhamento da representação, o Conselho de Ética deverá dar início ao terceiro processo contra Renan por quebra de decoro parlamentar. O presidente do Senado já está sendo investigado em outras duas representações, ambas protocoladas pelo

PSOL e com base em denúncias da revista *Veja*. A primeira para apurar se Renan tinha parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior e a segunda para investigar as relações do senador com a empresa Schincariol.

De acordo com *Veja*, Renan teria utilizado seu prestígio político para interceder a favor da Schincariol junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – para impedir a execução de dívidas – e à Receita Federal – contra multas

contraídas por sonegação de impostos – depois de a cervejaria ter pago R\$ 27 milhões por uma fábrica de refrigerantes de seu irmão, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), designou o senador João Pedro (PT-AM) como relator dessa representação.

Quintanilha afirmou, ontem, que já estava fazendo consultas, entre os membros do colegiado, para saber quem poderia assumir a relatoria dessa nova representação.

Perícia

Quanto ao processo que visa apurar a capacidade financeira de Renan Calheiros de pagar suas despesas particulares – especificamente uma pensão de R\$ 12 mil à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha de três anos –, o conselho aguarda conclusão da perícia da Polícia Federal em documentos e notas fiscais apresentados pelo próprio senador.



Senadores presentes à reunião da Mesa acataram por unanimidade representação protocolada por DEM e PSDB

Alvaro Dias propõe mudanças na tramitação de processos

O 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias, defendeu uma mudança no Código de Ética e Decoro Parlamentar, com o objetivo de retirar a obrigatoriedade de as representações contra senadores por quebra de decoro serem encaminhadas ao Conselho de Ética pela Mesa. Segundo o senador, essa obrigatoriedade “é meramente protelatória” e, além de retardar, prejudica os trabalhos do conselho.

– Já temos uma minuta de projeto pronta para que as representações dêem entrada diretamente no conselho – afirmou Alvaro.

Atualmente, segundo o artigo 14 do Código de Ética, a representação contra senador por fato sujeito à pena de perda de mandato será inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao conselho, exceto nos casos em que o processo tem origem no próprio colegiado.

Ao justificar a necessidade de alterar o código, Alvaro citou,

como exemplo, a representação do PSOL contra Gim Argello (PTB-DF), que está parada na Mesa desde o dia 17 de julho à espera de convocação de reunião, por parte do presidente Renan Calheiros, para deliberar sobre o caso. Questionado sobre se a reunião da Mesa de ontem não poderia ter deliberado também sobre a representação contra Gim, o senador pelo Paraná explicou que não lhe cabia decidir sobre o assunto.

– Convocar a reunião da Mesa para encaminhar representação contra senador é prerrogativa do presidente do Senado – explicou.

Gim tomou posse em 17 de julho, em substituição a Joaquim Roriz, que renunciou ao mandato após ter sido acusado de envolvimento com o esquema de corrupção investigado pela Operação Aquarela. Na representação, o PSOL solicita que seja investigado se houve participação de Gim no mesmo esquema.

Advogado do Senado diz que decisão pode ser questionada judicialmente

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, afirmou que a decisão tomada pela Mesa de encaminhar ao Conselho de Ética a terceira representação contra Renan Calheiros pode ser questionada judicialmente ou mesmo no Plenário da Casa. Isso porque, segundo Cascais, cinco dos sete membros da Mesa que participaram da reunião pertenciam ao DEM ou ao PSDB – partidos autores da representação – e, portanto, deveriam ter se considerado impedidos de votar.

– Ocorreu-me a dúvida se os membros da Mesa que pertencem a esses partidos não estariam eventualmente impedidos de apreciar a admissibilidade dessa representação – explicou Cascais, acrescentando que já expressou sua dúvida aos senadores, já que seu dever é, como lembrou, “zelar pela legalidade dos atos praticados”.

A reunião da Mesa de ontem

não foi presidida por Renan porque a representação era contra ele. Coube ao senador Alvaro Dias, 2º vice-presidente do Senado, presidir os trabalhos. Também participaram os senadores Efraim Morais (DEM-PB), 1º secretário; Gerson Camata (PMDB-ES), 2º secretário; César Borges (DEM-BA), 3º secretário; e Papaléo Paes (PSDB-AP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), suplentes de secretários.

Para Alvaro, não há qualquer impedimento por parte dos senadores do DEM e do PSDB, já que, em sua opinião, na condição de membros da Mesa, os senadores são eleitos para representar a respectiva Casa e não seus partidos.

– Nós deliberamos em nome da Casa e não do partido, mas o Renan tem o direito legítimo de questionar essa decisão, caso considere que houve inconsistência – argumentou.



Tuma ouviu depoimento de usineiro e deve buscar a versão do primo de Renan

João Lyra confirma denúncia e Tuma quer ouvir Uchôa

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), logo após tomar o depoimento do ex-senador e usineiro João Lyra, em Maceió, afirmou que será necessário ouvir Tito Uchôa, primo de Renan Calheiros, para saber se ele seria representante legal da rádio JR Radiodifusão ou um “suposto laranja” utilizado por Renan para esconder sua participação na sociedade com Lyra, desfeita em 2005. De acordo com Lyra, Uchôa seria o representante de Renan na sociedade.

– Ele [João Lyra] preparou um roteiro com todos os acontecimentos do ponto de vista dele e mais uma pasta com documentos, todos assinados por Tito Uchôa – informou Tuma, para quem Lyra mostrou-se muito convicto.

Para o senador, o importante agora é ouvir Uchôa para confirmar se ele era um representante de Renan ou um sócio de fato da empresa. O corregedor não descarta a possibilidade de uma acareação entre Uchôa e Lyra.

Comprovantes

Tuma teve acesso a notas promissórias, num valor total de R\$ 650 mil, comprobatórias de dívidas contraídas junto a órgãos públicos do estado, que contêm a assinatura de Uchôa e de outro representante de nome Nazário Pimentel, que seria o administrador da rádio. Lyra mostrou também uma carta com timbre do Senado, assinada por Renan, que informa a regularização da venda da Rádio Paraíso, que passou a ser designada como Rádio Correio, e a renovação da concessão.

Lyra reiterou sua intenção de não vir ao Senado prestar depoimento ao Conselho de Ética, caso seja convocado. O corregedor informou também que Lyra só irá abrir seus sigilos bancário e fiscal com determinação judicial. Hoje, Tuma deverá colher o depoimento, como testemunha, do ex-diretor de *O Jornal*, Luiz Carlos Barreto.

Projeto que permite saque do PIS-Pasep aos 60 anos é aprovado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou projeto de Paulo Paim (PT-RS) que permite ao trabalhador com mais de 60 anos de idade sacar seus recursos no fundo de participação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Também a pessoa portadora de deficiência ou o idoso que receba benefício de prestação continuada poderão ser favorecidos pela proposta, de acordo com emenda apresentada pelo relator, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). A proposição ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Mesquita Júnior informou que o projeto (PLS 216/07) vai reduzir em dez anos a idade mínima para o saque. Na opinião do relator, a medida é importante, uma vez que a expectativa de vida do brasileiro é de 71,9 anos – no Nordeste, de 69 anos.

O senador Flávio Arns (PT-PR) lembrou que as pessoas idosas

enfrentam problemas financeiros e diversas dificuldades, especialmente no que diz respeito à aquisição de medicamentos.

– Em outros países não se paga pelo medicamento – frisou.

Agência para a criança

O projeto de lei que visa criar a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente (PLS 50/05), de Cristovam Buarque (PDT-DF), que tinha votação prevista para ontem pela CDH, foi retirado de pauta pela relatora, Patrícia Saboya (PSB-CE). A senadora atendeu a solicitação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que sugeriu mais debate sobre a matéria.

Patrícia disse que já ofereceu parecer favorável à proposta e explicou que o projeto será reexaminado, pois algumas atribuições que ficariam a cargo da agência estão sob a responsabilidade do Conanda. A relatora informou que Cristovam concorda com sua sugestão de agendar uma reunião no Conanda a fim de que seja discutida a melhor alternativa.

Almirante Júlio de Moura Neto fala aos senadores da CRE e relata quadro de “degradação material, vulnerabilidade estratégica e redução das atividades”

Marinha poderá desaparecer até 2025, alerta comandante da Força

O poder naval brasileiro poderá desaparecer até 2025 se até lá não houver novos investimentos em equipamentos. O alerta foi feito ontem pelo comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto, em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Durante longo depoimento aos senadores da comissão, o comandante apresentou um quadro “real e difícil” da situação da Marinha, que neste ano deverá receber aproximadamente R\$ 550 milhões a menos em recursos orçamentários do que seria desejável para atender as suas “necessidades mínimas”.

– A crônica escassez de recursos, ao longo de tantos anos, acumulou sérias demandas e



Júlio de Moura Neto (E), ao lado de Heráclito e Azeredo, fala em audiência na CRE

leveu-nos a um crítico estado de degradação e obsolescência material, de vulnerabilidade estratégica e de redução de atividades – afirmou Moura Neto.

Conforme informou, dos 21 navios que compõem a esqua-

dra brasileira, 11 encontram-se imobilizados e dez operam com restrições. Das 23 aeronaves existentes, 21 estão imobilizadas e duas operam com restrições, e dois entre os cinco submarinos da esquadra estão imobilizados.

Falta de investimentos preocupa senadores

Após demonstrar as dificuldades enfrentadas pela Marinha, o comandante da Força recebeu a solidariedade de todos os senadores que se manifestaram durante a audiência na CRE.

Primeiro a falar, Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou necessário “alertar o Brasil” para os problemas apontados por Moura Neto. A falta de recursos até mesmo para o funcionamento normal da Marinha, do Exército e da Aeronáutica foi comenta-

da pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Augusto Botelho (PT-RR), por sua vez, salientou que as plataformas de produção de petróleo precisam ser protegidas de possíveis ataques terroristas.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que apenas 9,2% dos recursos destinados ao Ministério da Defesa haviam sido liberados até 13 de agosto. Já Mão Santa (PMDB-PI) destacou o “papel

educativo” dos militares e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou o trabalho de apoio às populações ribeirinhas da Amazônia.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu “maior atenção” à Marinha. Também os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Edison Lobão (DEM-MA), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Heráclito Fortes (DEM-PI) manifestaram preocupação com a falta de investimentos nas Forças Armadas brasileiras.



Paim preside reunião da CDH que acatou redução de dez anos na idade mínima para saque

Adiado exame de sugestão das indústrias de Pernambuco

Proposta para a ampliação do prazo de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), no caso de mercadorias cuja origem ou destino sejam as regiões Norte ou Nordeste, esteve no centro dos debates de ontem na Comissão de Direitos Humanos. O relator, Sibá Machado (PT-AC), pediu tempo para novo exame da sugestão.

A proposição (SUG 1/07) foi encaminhada ao colegiado pela Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe). O senador César Borges (DEM-BA) discordou do entendimento do relator. Conforme Sibá, o pleito da Fiepe já havia sido atendido em medida provisória transformada no PLV 12/07. César Borges observou que a proposta foi atendida de

forma parcial: além de o prazo ter ficado limitado a cinco anos, a dispensa só se aplica às mercadorias movimentadas na navegação de cabotagem, na costa brasileira.

Foram também retirados da pauta da CDH a sugestão do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (Condesesul), sobre regras para os plantões judiciais (SUG 11/07); e o ofício da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República que encaminhou deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, do ano passado (OFS 08/06). Por solicitação do relator substituto, Geraldo Mesquita Júnior, o documento será levado ao exame da Subcomissão Permanente do Idoso, da própria CDH.

Comissão requer documentos produzidos no período militar

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem requerimento solicitando ao Ministério das Relações Exteriores os documentos produzidos pelo Centro de Informações no Exterior (Ciex), ligado ao ministério, entre os anos de 1965 e 1985. O requerimento foi apresentado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Na justificativa, os autores lembram o “intenso debate” ocorrido ano passado no Senado e na imprensa a respeito da “possível participação” de integrantes daquela pasta em atividades de inteligência ao longo do regime militar. Os senadores ressaltam, também, a publicação de reportagem do jornal *Correio Braziliense*, no dia 23 de julho, sobre a criação de um órgão de informações no Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de “neutralizar possíveis ações políticas contra o regime militar”.

Cristovam cobra providências para defesa das fronteiras



Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou em Plenário sua preocupação com a declaração do almirante-de-esquadra Júlio Soares de que, se nada for feito, em 2025 não haverá mais Marinha brasileira. O senador criticou o ministro Nelson Jobim por “atuar como gerente da crise aérea e não se preocupar com a defesa do país”.

Cristovam ressaltou que o Brasil tem 14 mil quilômetros de fronteiras terrestres com outros países, que precisam ser defendidas, lembrando ainda a cobiça internacional em relação à Amazônia e o fato de o Brasil dispor de um terço dos recursos hídricos mundiais, “que serão um bem em falta no futuro”.

Renan contesta em nota acusações de João Lyra

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, divulgou ontem uma nota à imprensa rebatendo as acusações que o usineiro João Lyra, seu adversário político no estado, fez em carta aberta publicada na imprensa.

João Lyra, em sua carta, afirma ser vítima de procedimento calunioso desde que se afastou politicamente de Renan Calheiros. Questiona se o peemedebista é a “reserva moral que alega ser” porque aceitava vantagens de “um criminoso” – afirmação feita por Calheiros em declarações anteriores – e pergunta por que, nessas condições, foi recebido pelo senador quando assumiu a Presidência da República interinamente e na Presidência do Senado.

Já Renan Calheiros explicou que, à frente da Presidência da República, em substituição ao presidente Lula e ao vice, José Alencar, recebeu toda a bancada alagoana, sem exceção, e atendeu aos “insistentes apelos” do usineiro para ser fotografado ao lado dele. Renan relata que, à época, João Lyra “implorava” pelo seu apoio para sua candidatura a governador.



Renan Calheiros sugere que usineiro deponha no Conselho de Ética

Em outro trecho, João Lyra nega ser acusado de “crimes de mando e sonegação fiscal” e assegura ter sido sócio do senador em empresas de comunicação, como foi denunciado em reportagem da revista *Veja* há algumas semanas. “Alagoas inteira é testemunha dessa história”, declara o usineiro na carta.

O comparecimento para depor no Conselho de Ética e a abertura dos sigilos fiscal e bancário foi a sugestão dada por Renan Calheiros ao usineiro, que foi ouvido ontem, em Alagoas, pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP).

Veja a íntegra da resposta

“NOTA À IMPRENSA

A carta aberta do ex-deputado federal João Lyra é uma triste retrato da mentira e da hipocrisia. É, também, a mais expressiva demonstração do ressentimento de quem me atribui responsabilidade pela acachapante derrota nas eleições para o governo de Alagoas, caracterizando, de uma vez por todas, a existência de uma questão política local levada para o lado pessoal.

Recebi João Lyra, deputado federal, em meus gabinetes, assim como recebi toda a bancada de Alagoas, sem exceção. Na interinidade da Presidência da República, atendi a seus insistentes apelos para tirar uma fotografia comigo, quando implorava pelo meu apoio para sua candidatura a governador.

Só estivemos juntos em palanque nas eleições de 1986, há, portanto, 21 anos, quando ainda não havia indícios, senão certeza, de que João Lyra era de fato um fora-da-lei. Para o governo de Alagoas apoiou o meu honrado e fraterno amigo, o então senador Teotônio Vilela. Derrotado repetidamente nas eleições majoritárias que disputou, João Lyra passou a me atacar diariamente. Basta ver as 60 últimas edições do jornal de sua propriedade, agora nas mãos de um “laranja”.

O povo de Alagoas rejeitou o

nome de João Lyra para governar o estado. Quem o acusou de crimes não fui eu e sim a Justiça pública. Escapou, até agora, pelo artifício da prescrição. E ameaçou o juiz Marcelo Tadeu de morte. O pedido de proteção desse correto magistrado alagoano aos órgãos competentes fala por si só. O procurador-geral da República mandou apurar esses fatos.

Há 80 dias venho sofrendo uma devassa em minha vida. Meus sigilos fiscais e bancários estão abertos desde maio, por minha iniciativa. Pedi ao Ministério Público, foi iniciativa minha, para me investigar, a fim de que pudesse me defender das maledicências perante o Supremo Tribunal Federal. Nada devo. Nada temo. Não respondo por crime algum.

Mas João Lyra dirá suas mentiras requeitadas em depoimento que prestará, de forma unilateral e protegido por um séquito de bajuladores, caracterizando a questão local que quer transportar para o plano nacional. Se ele apresentasse o texto integral do documento que entregou à revista *Veja* e abrisse os seus sigilos bancários e fiscais, como eu fiz espontaneamente, e comparecesse ao Conselho de Ética para ser inquirido como os demais, estaria desvendada a trama que armou contra mim.

Senador Renan Calheiros”

Líder do PT anuncia programa do Executivo para o setor e registra reunião entre parlamentares da base de apoio ao governo e o ministro da Justiça, Tarso Genro

Ideli quer agilizar votação de projetos sobre segurança pública

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu ontem, em Plenário, a junção dos projetos sobre segurança pública que tramitam na Câmara e no Senado como forma de agilizar a aprovação dessas matérias até o fim do ano. A parlamentar informou que o assunto foi tratado em reunião no gabinete da liderança do Bloco de Apoio ao Governo, que contou com a participação do ministro da Justiça, Tarso Genro.

– Seria importante que pudéssemos, em vez de fazer competição entre os autores dos projetos, aproveitar aquilo que já está tramitando sobre o tema – disse.

Ideli anunciou o lançamento na próxima semana, pelo Executivo, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O programa, destacou, irá acrescentar R\$ 6,7



Tarso Genro (de costas) discute propostas com parlamentares governistas

bilhões às verbas orçamentárias destinadas ao setor nos próximos quatro anos.

Segundo a parlamentar, tramitam no Senado 18 projetos relacionados ao programa anunciado pelo governo. Ela informou que foi firmado um compromisso com o ministro Tarso Genro de que o Executivo não apresentará projeto que venha a concorrer com as propostas de iniciativa dos parlamentares.

– O governo vai adotá-las para que ganhem agilidade. Tenho certeza de que todos os parlamentares desta Casa concordarão

que devemos aprovar esse conjunto de matérias até o fim do ano – frisou.

Mutirão

A senadora lembrou que, no começo de 2007, foi feito um mutirão para aprovar projetos que tratam de segurança pública. Ideli preside o Grupo

de Trabalho para a Reforma Processual Penal, que analisa projetos visando reduzir a morosidade do Judiciário. O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Justiça (CCJ) e nesta semana recebeu da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, sugestões para as propostas.

Também participaram da reunião com Tarso Genro os petistas Eduardo Suplicy (SP), Sibá Machado (AC), Fátima Cleide (RO), Augusto Botelho (RR) e Serys Slhessarenko (MT), além do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Governo pretende investir em ações sociais para conter a criminalidade

Os jovens entre 14 e 29 anos que estão presos receberão acompanhamento do governo federal por meio de programas de alfabetização, ensino e cursos profissionalizantes. Essa medida faz parte do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) apresentado ontem pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, aos senadores da base aliada do governo. De acordo com o ministro, a integração de políticas de segurança pública com ações sociais receberá um investimento de R\$ 4,8 bilhões. Só para 2007, estão previstos R\$ 483 milhões.

Dessa forma, o governo pretende enfrentar as causas sociais e culturais do crime. O Pronasci, composto por 72 ações, tem como eixo principal a integração de ações de segurança pública e políticas sociais para o enfrentamento da criminalidade.

Com articulação permanente entre União, estados e municípios, o Pronasci será implantado, inicialmente, nas 11 regiões me-

tropolitanas do país com maiores índices de criminalidade.

Inclusão

As medidas voltadas para a prevenção do crime são também direcionadas aos jovens que se encontram em situação de risco. Esses jovens serão inseridos em programas de inclusão social e suas respectivas famílias receberão atenção especial.

Segundo o ministro da Justiça, o custo médio de um crime, para o Estado, é de R\$ 2,5 mil – incluindo internação, perda de produtividade e outros indicadores. Já para evitar o crime, com ações preventivas, o custo cai para R\$ 600, enquanto uma ação de repressão ao delito não sai por menos de R\$ 6 mil para os cofres públicos, segundo informações da divulgação do programa.

O Pronasci também prevê a construção de 187 presídios – 160 para jovens e 27 para mulheres. Cada um desses estabelecimentos carcerários terá um custo de R\$ 6,2 milhões e vai gerar 46 mil novas vagas no sistema prisional.

Tarso Genro destaca parcerias com estados e municípios

Ao sair da reunião com senadores da base do governo, Tarso Genro afirmou que a grande novidade do Programa Nacional de Segurança com Cidadania é a colocação de R\$ 6,7 bilhões à disposição dos estados e municípios para ações de segurança.

A aplicação dos recursos será feita por meio do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), informou. O ministro da Justiça anunciou também a constituição, em caráter permanente, do Grupo da Força Nacional de Segurança, composto de 500 agentes. Esse grupo ficará à disposição dos estados para fazer ações de intervenção, quando houver solicitação dos governadores, pois a segurança pública, enfatizou Tarso Genro, continua sob responsabilidade constitucional dos estados.

Na reunião, foi apresentado ao ministro o relatório do Grupo de Trabalho de Segurança Pública, do qual participou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

João Tenório cobra redução da carga tributária

Quatro anos após a primeira tentativa do presidente Lula de realizar uma reforma tributária, João Tenório (PSDB-AL) avaliou que a agenda legislativa do governo continua a mesma: prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

O senador disse que as poucas mudanças na legislação não produziram os efeitos de racionalidade esperados, como no caso da nova Cofins não-cumulativa.



Tenório: volume de impostos no Brasil já atinge 40% do PIB

– O resultado é uma absurda carga tributária, próxima a 40% do PIB, que constrange a economia, e reduzi-la deve ser o principal objetivo de qualquer reforma tributária.

João Tenório foi aparteado por Sibá Machado (PT-AC).



Além de onerosa, a CPMF gera injustiça social, afirma Alvaro

Alvaro espera que PSDB se posicione contra a CPMF

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou da tribuna que pretende sensibilizar a bancada do seu partido no Senado – em reunião na próxima

terça-feira – a fechar questão contra a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Na sua opinião, esse imposto é oneroso e gera injustiça fiscal.

– O que nós precisamos é de uma reforma tributária que coloque o país no eixo do desenvolvimento com distribuição de renda e justiça social – declarou.

Alvaro observou que, instituída como tributo provisório em 1996, a CPMF já vem se perenizando por quatro renovações propostas pelo Poder Executivo – a última ocorreu em 2003.

A vigência da CPMF termina em dezembro deste ano, mas novo projeto de prorrogação já está sendo analisado pelo Congresso Nacional.

Flexa Ribeiro defende o fim da contribuição

Depois de informar que o governo federal arrecadou no primeiro semestre de 2007 13% a mais do que no mesmo período do ano passado – o que representa um incremento de R\$ 43,7 bilhões nos cofres do Tesouro –, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Meu partido ainda não fechou questão, e vou acompanhar a decisão partidária. Mas, particu-



Flexa Ribeiro diz que arrecadação em excesso compensa extinção da CPMF

larmente, acho que não existe argumento para se criar novamente a CPMF. O valor que se deixará de arrecadar com a contribuição, de R\$ 37 bilhões por ano, será coberto pelo excesso de arrecadação com outras formas – afirmou.

Comissão de Infra-Estrutura pretende realizar na próxima quarta-feira audiência pública com o ministro da Defesa e os presidentes da Infraero e da Anac

Marconi responsabiliza governo federal por acidentes aéreos

Em discurso ontem, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) responsabilizou o governo federal pelos recentes desastres aéreos com aeronaves da Gol e da TAM. Marconi afirmou que o governo deveria ter priorizado investimentos e projetos de segurança para a aviação civil, o que não ocorreu na opinião dele. O senador também prestou homenagem à memória do deputado federal Júlio Redecker, morto no acidente da TAM.

– Nenhum dos dois acidentes teria ocorrido se o Estado tivesse cumprido com a tarefa precípua e inarredável de garantir a segurança de voo e as condições de



Marconi Perillo elogia Nelson Jobim, da Defesa, e critica Zuanazzi, da Anac

aterrissagem e decolagem, ou seja, a principal preocupação deve ser em relação à questão da segurança. Esse é o foco – ressaltou.

O senador também questionou a competência do presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), mas elogiou a nomeação de Nelson Jobim para o Ministério da Defesa.

– Milton Zuanazzi não tem o perfil técnico adequado para o cargo que ocupa e ponto final – frisou.

Marconi também informou que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) pretende realizar na próxima quarta-feira uma grande audiência pública com o ministro da Defesa e os presidentes da Anac e da Infraero para discutir a situação do setor aéreo.

Paim: trânsito no Brasil mata mais que a guerra no Iraque

O senador Paulo Paim (PT-RS) enfatizou ontem, em Plenário, que os mortos e feridos nos acidentes de trânsito representam uma grave epidemia no Brasil. Dados do Ministério da Saúde apontam para 36 mil mortos em 2006, com 23 mil internações no Sistema Único de Saúde (SUS). Esses mortos, afirmou, equivalem a duas vezes o número de vítimas fatais nos

conflitos do Iraque. No mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde, morrem no trânsito 1,2 milhão de pessoas por ano. A cada minuto, são duas mortes.

Paim divulgou em Plenário os dez mandamentos para o trânsito, publicados pela Igreja Católica em junho. Para o senador, “é importante encampar a luta, para mobilizar ânimos e afugentar a ba-



Paulo Paim divulgou os dez mandamentos do trânsito segundo a Igreja Católica

nalidade da violência”. Destacou que, a exemplo dos mandamentos transmitidos por Deus a Moisés, o primeiro é “não matarás”.

Augusto diz que BR-174 será “finalmente” recuperada

O senador Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que a BR-174 será “finalmente” recuperada. Segundo ele, a garantia foi dada pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, com quem esteve reunido.

Augusto informou que o governo já autorizou o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) a contratar estudos de viabilidade para obras entre Manaus e Pacaraima (RR), que deverão iniciar neste ano.

O senador explicou que os



Augusto Botelho recebeu garantia do ministro Alfredo Nascimento

trabalhos serão contratados nos moldes do programa Crema, um instrumento de contratação de

obras pelo Dnit. Ao disputar a licitação por esse modelo, as empresas devem suprir não apenas a restauração da via, mas também a manutenção por cinco anos.

Conforme o senador, o Dnit também já determinou o restabelecimento da conservação da BR-174 no Amazonas. Os contratos para a manutenção de dois trechos da estrada no estado foram rescindidos depois que a empresa contratada perdeu a capacidade de executar os serviços. Novas empresas deverão ser chamadas.

Raupp destaca início de licenciamento ambiental de usina em Rondônia

A abertura, em junho passado, do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Tabajara, no rio Ji-Paraná, em Rondônia, junto ao Ibama, foi registrada por Valdir Raupp (PMDB-RO) – foto. Segundo o

senador, a capacidade de geração de energia dessa usina, a se localizar em Machadinho do Oeste (RO), será de 350 megawatts.

Raupp aposta na implantação de um complexo hidrelétrico em Rondônia, que inclui ainda as

usinas de Santo Antônio e Girau, no rio Madeira, como a saída para driblar uma eventual crise energética. O senador ressaltou que os dois empreendimentos deverão gerar mais de 6,5 mil megawatts de energia.

– Estamos montando um quadro promissor para aproveitamento energético em Rondônia. Com trabalho e paciência, estamos vencendo a resistência daqueles que não aceitam o desenvolvimento regional do país – disse.





Morais/Veiga

Mão Santa destaca os encantos e a história da capital de seu estado

Mão Santa comemora os 155 anos de Teresina

O aniversário de 155 anos de Teresina, capital do Piauí, foi lembrado ontem por Mão Santa (PMDB-PI), que ressaltou os encantos da cidade e sua história. Ele disse que Teresina foi a primeira capital planejada do Brasil, quando um funcionário público enviado pelo Império percebeu que a cidade de Oeiras não serviria para abrigar a capital.

– O nome da capital foi uma homenagem à esposa de dom Pedro I, Teresa Cristina – ressaltou.

Ele lembrou ainda promessas feitas pelo presidente Lula ao Piauí, quando da eleição de 2006, e que não foram cumpridas.

Senador diz que a ocorrência de problemas em algumas agências não justifica que se questione a existência dos órgãos reguladores, e recebe o apoio de Alvaro e Heráclito

Delcídio critica “guerra aberta contra agências reguladoras”

“Não podemos permitir que as agências reguladoras deixem de ser órgãos de Estado para ser de governo.” A advertência foi feita por Delcídio Amaral (PT-MT), que disse lamentar o fato de que o acidente envolvendo um avião da TAM no aeroporto de Congonhas tenha provocado “uma verdadeira guerra sem trincheiras” contra as agências reguladoras, sobretudo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Segundo o senador, há pessoas comentando o assunto sem o mínimo conhecimento, com a finalidade de ocupar espaço na mídia. Os problemas que ocorrem em algumas agências, disse, não devem servir como base para o questionamento de sua existência.

– O pior de tudo isso é que o in-



Gerado/Veiga

Ninguém vai investir em infra-estrutura temendo o que poderá vir, alerta Delcídio

vestidor que quiser aplicar no país, seja nacional, estrangeiro ou até estatal, com essa barafunda toda, fica com um pé atrás. Ninguém vai querer colocar dinheiro em infra-estrutura com medo do que está para vir – afirmou.

Delcídio informou que apresentou proposições visando melhorar o funcionamento das agências reguladoras. Entre elas, estão o aumento do nível de exigência da qualificação profissional do indicado para cargo de diretor e a realização de audiências periódicas para que o Senado possa sabatar dirigentes de agências e avaliar seu trabalho.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou que os membros do seu partido atuarão com maior rigor nas próximas sabinas a indicados pelo Executivo. Já Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o Brasil não pode deixar de contar com um modelo como o das agências reguladoras, que, na sua visão, oferece credibilidade ao país no exterior.

Mozarildo faz balanço de mandato e relata ações em prol de Roraima

Por estar impossibilitado de comparecer ao encontro de integrantes dos poderes legislativos de Roraima – devido ao compromisso assumido anteriormente de participar em Brasília de homenagens à Maçonaria –, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez ontem um relato das ações de seu mandato em prol do estado. O tema do encontro de parlamentares – que se inicia hoje em Boa Vista –, informou Mozarildo, é: “Defender Roraima, tarefa de todos nós”.

Entre os feitos arrolados pelo senador estão a defesa e a aprovação de empréstimo externo, no valor de US\$ 26 milhões, que possibilitou a

construção da linha de transmissão de energia conhecida como Linhão de Gúri. Enumerou também emendas que apresentou ao Orçamento da União, que totalizam R\$ 247,6 milhões; e citou a criação de duas comissões externas do Senado que recomendaram a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol de maneira contínua, mas não excludente; a criação de comissão parlamentar de inquérito, por ele presidida, para investigar ONGs, especialmente as que atuam na Amazônia; e a PEC que impede que reservas naturais e indígenas ocupem mais de 50% da área de um estado.



Morais/Veiga

Mozarildo explicou que não poderá comparecer a encontro em Boa Vista

Mozarildo citou ainda a PEC, já aprovada no Senado, que destina 0,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda para instituições de nível superior da Amazônia; e a ação que impetrou no STF para suspender a demarcação legal da reserva Raposa Serra do Sol.

Heráclito condena entrevista de líder do movimento Cansei

Em pronunciamento no Plenário, Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou declaração do executivo Paulo Zottolo – que preside o Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, conhecido como movimento Cansei –, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*. Zottolo teria afirmado que o Cansei “quer mexer no marasmo cívico do país, que estaria sendo levado



Gerado/Veiga

Executivo foi arrogante e faltou com respeito ao Piauí, afirma Heráclito

a se transformar em um Piauí”. Segundo Heráclito, o executivo teria declarado ainda que “não se pode achar que o país é um Piauí, no sentido de tanto faz ou tanto fez”, e teria acrescentan-

do: “Se o Piauí deixar de existir, ninguém vai ficar chateado”.

O senador, lembrando que Zottolo preside a Philips no Brasil, disse compreender o fato de o executivo estar “com problemas concorrenciais” com a LG e a Samsung, que disputam com a Philips o mesmo mercado.

– Ele deve estar irritado, atarefado e, agora, empolgado com a campanha, realmente meritória. Porém, para comandar uma campanha dessa natureza, é preciso ter equilíbrio e respeitar os estados da Federação, porque eu também cansei de arrogância e de prepotência – afirmou.



Morais/Veiga

Criação do Parlamento do bloco foi uma das atividades destacadas por Zambiasi

Zambiasi avalia sua atuação à frente de comissão do Mercosul

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez um balanço de suas atividades à frente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que foi extinta esse mês para dar lugar à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que tem como presidente Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Zambiasi lembrou que ajudou na criação de “um dos mais importantes instrumentos para a integração sul-americana”, o Parlamento do Mercosul.

O parlamentar também destacou a criação do Regimento Interno e do fundo estrutural do bloco econômico.

Serys apóia projeto que cria a profissão de mototaxista

Serys Shessarenko (PT-MT) relatou encontro com diversos vereadores de cidades mato-grossenses que pediram a ela apoio ao projeto (PLS 311/04) que regulamenta a profissão de mototaxista. Da tribuna, ela registrou que a Assembleia Legislativa do estado aprovou projeto do deputado José Riva sobre o assunto, mas, disse, há o entendimento de que a regulamentação do tema deve ser federal.

A senadora lembrou que o projeto, do então senador e hoje vice-governador de Santa Catarina Leonel Pavan, tem voto favorável do relator na Comissão de Justiça (CCJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), e está pronto para ser votado.



Gerado/Veiga

Serys relata empenho de políticos de Mato Grosso em favor da aprovação da matéria

Gerado/Veiga



Trabalho do jornalista durante a 2ª Guerra Mundial foi lembrado por Eduardo Suplicy

Suplicy lamenta morte do jornalista Joel Silveira

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de pesar pela morte do jornalista Joel Silveira, aos 88 anos, no Rio. O jornalista cobriu a 2ª Guerra Mundial, acompanhando os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira.

O senador lembrou que Joel Silveira trabalhou nos jornais *Última Hora*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* e na revista *Manchete*.

Suplicy registrou ainda os 20 anos da morte do jornalista Cláudio Abramo, que trabalhou em diversos jornais paulistas e a quem disse ser grato pelo apoio à sua primeira candidatura, em 1978, para deputado estadual.